

O Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos.

Foi instituído pela Lei Complementar nº 805/2022, e regulamentada pelos Atos DPG nº 59/2022 e nº 72/2022.

**Segunda-feira | 26 de agosto de 2024 | Ano 03 | Número 0328-A**

## SUMÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL.....	02
ÓRGÃOS AUXILIARES.....	11

**Processo SGP-e nº:** DPE 562-2021

**Interessado:** Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

**Assunto:** PAR

### **DECISÃO 205-2024**

Trata-se de Processo Administrativo de Responsabilização instaurado por meio da Portaria nº 60/2022, de 30/06/2022, com o objetivo de apurar a responsabilidade das pessoas jurídicas Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ nº 39.249.272/0001-65, e Recreio da Juventude, inscrita no CNPJ nº 88.649.600/0001-49, pelo suposto cometimento de atos lesivos à administração pública no processo licitatório decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/DPE/2020 (processo SGP-e nº DPE 818/2020).

A Assessoria Jurídica e Legislativa se manifestou, previamente, sobre a legalidade e a legitimidade da portaria instauradora do PAR p. 62-64.

Na fase instrutória, a comissão processante encaminhou as notificações aos processados, abrindo prazo de 30 (trinta dias) para defesa prévia, conforme art. 13 do Decreto estadual nº 1.106, de 2017).

A empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., (p. 90-92) alegou em sua defesa, em síntese: a) ausência de prejuízo ao interesse público; b) ausência de dolo ou culpa; e c) disponibilizou-se para fazer o acordo de leniência.

Enquanto que a Recreio da Juventude (p. 93-102), sustentou a inexistência de responsabilidade sobre o atestado de capacidade técnica.

Ainda na fase instrutória, foram oficiadas as fazendas de Santa Catarina (p. 106) e do Rio Grande do Sul (p. 103), bem como as Delegacias de Florianópolis (p. 104) e de Caxias do Sul (p. 105). Além disso, foram solicitadas informações para a Receita Federal (p. 107).

Em atenção as recomendações contidas no Parecer DCI-034-2022 (p. 116-119), acolhidas pelo Despacho DPG nº 484-2022 (p. 120), foram sanados e convalidados alguns atos, bem como houve a orientação para que a comissão se atentasse aos requisitos legais das etapas futuras.

Dessa forma, a Comissão Processante intimou (p. 133-136) as partes para se manifestarem no prazo de 10 dias acerca das provas produzidas no decorrer do processo, em respeito ao art. 17 do Decreto estadual nº 1.106/2017.

Na oportunidade, a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., manteve os argumentos da manifestação inicial. A Recreio da Juventude (p. 133-136), também, reiterou a defesa protocolada anteriormente, porém, adicionou a tese da nulidade por vício processual.

A fim de sanar qualquer vício, a comissão processante refez o ato de intimação para defesa prévia, tendo a Recreio da Juventude repetido os argumentos da defesa inicial. Quanto à empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. transcorreu, *in albis*, o prazo.

Foi encaminhado novo e-mail à empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. (p. 329), que na oportunidade manifestou *“Esta empresa se manifestará judicialmente caso este processo tome os rumos corretos e articule com base peça jurídica, caso contrário não iremos nos manifestar”*, deixando clara sua vontade de não se defender ou apresentar provas.

A Recreio da Juventude, por sua vez, teve seu pedido de oitiva de testemunha indeferido por meio do Despacho de p. 226, uma vez que não trouxe o rol de testemunhas no momento oportuno.

Contudo, apresentou pedido de reconsideração (p. 229-232) acerca do indeferimento, solicitando o encaminhamento de novo ofício à Delegacia de Polícia competente, para tomar conhecimento se houve atualizações no Boletim de Ocorrência.

Assim, os membros da comissão compareceram à 1ª DP da Capital e certificaram a abertura do inquérito nº 104.21.00245, datado em 27 de maio de 2021, contudo, até a data de comparecimento, 25 de abril de 2023, o instrumento não possuía carga probatória padecendo de instrução.

Por conseguinte, a comissão emitiu termo de indicição (p. 239-245), com as seguintes imputações: empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. pela apresentação de

documento falso (alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 c/c art. 7º, da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002); e Recreio da Juventude pela prática da infração prevista no inciso II do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013. Foi garantido o contraditório e ampla defesa na abertura do prazo de 30 dias para defesa.

A empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. se manteve silente. Já a Recreio da Juventude, alegou (p. 259-264): a) ausência de responsabilidade quanto à elaboração do atestado, haja vista ser produzido por funcionária sem autorização; b) que assim de seu conhecimento sobre o ilícito, desligou a funcionária; c) ausência de responsabilidade por inexistência de intenção de fraudar o certame licitatório.

Ao final, a comissão processante, emitiu Relatório Conclusivo (p. 319-333) com a seguinte conclusão:

#### **IV – CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, esta Comissão Processante **OPINA pela condenação da empresa Quântica Engenharia pela prática do artigo 5º, inciso IV, alínea “b” da Lei nº 12.846/2013. Essa infração específica refere-se à apresentação de documentos falsos exigidos no processo licitatório, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, aplicando-lhe, por conseguinte, o pagamento de multa administrativa no valor correspondente a R\$ 4.406,19 (quatro mil e quatrocentos e seis reais e dezenove centavos), nos termos do artigo 6º, incisos I e II da Lei nº 12.846/2013.**

**No tocante a Empresa Recreio da Juventude, a Comissão Processante OPINA pela sua condenação administrativa por infringir o artigo 5º, inciso II, da mesma Lei nº 12.846/2013, aplicando-lhe a multa administrativa no valor de R\$ 25.344,40 (vinte e cinco mil e trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), nos termos do artigo 6º, incisos I e II.**

A Defensoria Pública-Geral efetuou notificação das processadas, para manifestação acerca do relatório final. A Recreio da Juventude apresentou manifestação (p. 340-345), enquanto que a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. permaneceu inerte.

Ante a inércia da empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., a Defensoria Pública-Geral reiterou a notificação por meio do e-mail (p. 405), bem como por publicação do Diário Oficial Eletrônico da DPESC (p. 407).

Na sequência, a fim de verificar a regularidade do presente PAR, os autos foram encaminhados, novamente, à Diretoria de Controle Interno, que exarou o Parecer DCI nº 030/2023 (p. 427-434), no seguinte sentido:

21. Sendo assim, considera REGULAR o procedimento

22. Para fins de assessoramento à Defensoria Pública-Geral, informa-se que, após a emissão do parecer jurídico, a decisão administrativa deverá ser proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do PAR com as manifestações da DCI e da SEJUR (art. 23).

23. A decisão proferida deverá ser publicada no DO-e da DPESC e no site oficial, assim como remetida às pessoas jurídicas, devendo, igualmente, o Controle Interno ser comunicado (art. 23, §2º)

24. Da decisão administrativa sancionadora caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias (art. 24). O prazo para o pagamento da multa se dará em 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado (art. 33).

25. Vale destacar, ainda, que após o trânsito em julgado, o extrato da decisão condenatória será publicado às expensas da pessoa jurídica infratora, conforme os ditames do art. 34, do Decreto SC nº 1.106/2017.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante das fundamentações acima exaradas, dá-se **REGULARIDADE** ao procedimento.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica e Legislativa (ASSEJUR) proferiu o Parecer DPE-ASSEJUR nº 18-2024, no qual concluiu no seguinte sentido:

#### **III – Conclusão**

Ante o exposto, a Assessoria Jurídica e Legislativa manifesta-se pela:

**a) Regularidade do Processo de Apuração de Responsabilidade;**

**b)** Responsabilização da pessoa jurídica **Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda.** devido à comprovação da prática das condutas previstas no art. 5º, IV, b, da Lei nº 12.846/2013, e art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atual art. 155, VIII, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se as sanções de multa e de publicação extraordinária da decisão condenatória (art. 6º, I e II, da Lei nº 12.846/2013), bem como de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, limitada a 05 (cinco) anos, tendo em conta que a majoração a pena máxima ocorreu após a prática da conduta (art. 7º da Lei 10.520/2013, atual art. 156, *caput*, IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, e art. 17.1.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/DPE/2020); e

**c)** Absolvição da pessoa jurídica **Recreio da Juventude** com fulcro nas razões expostas no item II.2.2 deste parecer.

Após, os autos foram remetidos para o Defensor Público-Geral, para julgamento.

### **É o breve relatório.**

Passo a decidir.

Analisando os autos, especialmente em observação detida dos fatos, são as seguintes imputações a serem apreciadas na presente decisão:

(1) ter a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público e apresentado declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestado declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013; e art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002, atual inciso VIII do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

(2) ter a pessoa jurídica Recreio da Juventude, comprovadamente de qualquer modo subvencionado a prática dos atos ilícitos – fornecendo atestado de capacidade técnico (inciso II do art. 5º da Lei federal nº 12.842, de 2013); e

(3) terem as empresas se comportado de modo inidôneo em pregão eletrônico (art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002, atual inciso IV do *caput* e § 5º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, bem como previsão contida no item 17.1.3 do Edital de PE nº 008/DPE/2020).

Serão, pois, enfrentadas, nesta ordem, cada uma das supostas condutas ilícitas atribuídas às denunciadas.

Impõe-se, por conseguinte, examinar sistematicamente o arcabouço de evidências coligidas nas fases de investigação e de instrução probatória, a fim de aferir a ocorrência de possível fraude a licitação imputável à empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., mediante auxílio prestado pela empresa Recreio da Juventude. Modelada pelas imputações deduzidas na Portaria nº 60, de 30 de junho de 2022 e pela moldura fática nela sumariada, é esta a hipótese acusatória posta à prova no presente PAR.

Imputa-se à Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. a apresentação de atestado de capacidade técnica fraudulento no âmbito de licitação realizada pela modalidade pregão na DPESC, já que referido documento atestaria que a empresa prestara serviços à Recreio da Juventude, entre 03/11/2020 e 23/11/2020.

Isso porque, em diligência realizada para verificação da veracidade documental, a Recreio da Juventude afirmou que a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., jamais lhe prestou serviços, nos seguintes termos:

Acusamos o recebimento de sua mensagem e, após apuração interna, constatamos que a referida empresa jamais foi prestadora de serviços de nossa instituição.

Não menos importante, apuramos também que o Atestado de Capacidade Técnica sob comento foi confeccionado à revelia da gestão do Recreio da Juventude e firmado por pessoa não autorizada, já identificada e desligada de nosso quadro funcional, tratando-se, portanto, de documento imprestável à finalidade a que se prestava.

Informarmos ainda que não conhecemos a empresa Quântica e tampouco seus proprietários (p. 14).

Verifica-se nos autos que a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. não nega que apresentou o atestado de capacidade técnico, mas afirma que *“respaldada no exercício regular do seu direito, que de boa-fé apresentou atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado, acreditando cumprir o requisito editalício”*.

Dessa forma, é incontroverso a (in)idoneidade do atestado de capacidade técnica, apresentado pela empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. na fase de habilitação do PE nº 008/DPE/2020 realizado pela DPESC.

Conforme apontado no relatório, a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. alegou em sua defesa, ausência de prejuízo à DPESC e de dolo ou culpa em sua conduta. Ocorre que, tendo em vista a natureza objetiva da responsabilização das condutas previstas na Lei federal nº 12.846, de 2013, é desnecessária a existência de dolo ou culpa, para sua aplicação.

Ademais, no âmbito dos pregões eletrônicos, o art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002 (atual inciso VIII do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021), tipifica como ilícita conduta *“apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato”*, sem estabelecer ressalva de qualquer natureza, de modo que a verificação de qualquer informação inverídica em atestado de capacidade técnica ou similar apresentado, seja ela diretamente vinculada ao objeto licitado ou não, redundará na inidoneidade do documento e na incursão do licitante responsável em ato lesivo.

Logo, a conduta se aperfeiçoa independentemente da comprovação de prejuízo para a Administração. Nesse sentido, trecho do termo de indicição, em que a Comissão Processante explana interpretação do TCU sobre o tema:

Importante destacar que a responsabilização administrativa das empresas envolvidas não está condicionada à demonstração de dano ao erário.

A jurisprudência administrativa tem se manifestado de forma consistente no sentido de que as infrações tipificadas nos incisos do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 são de natureza formal, ou seja, não é necessário comprovar a ocorrência de prejuízo econômico efetivo para a Administração Pública para que a infração seja considerada consumada.

Nesse sentido, a interpretação perfilhada pelo TCU ao consolidar, em repetidos julgados o entendimento de que *“a mera apresentação de atestado com conteúdo falso”* já é suficiente para caracterizar o ilícito administrativo de fraude à licitação, não sendo exigida a ocorrência de qualquer resultado ulterior (Acórdão nº 2988/2013, Plenário, Relator Marcos Bem querer Costa).

No caso da Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., à luz das provas coligidas nos autos, julgo que as condutas por ela praticadas aperfeiçoaram as elementares constitutivas das infrações de fraudar a realização de ato de procedimento licitatório público (fase de habilitação) tipificada na alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013, e de apresentar documentação falsa exigida pelo certame, descrita no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002.

Nesse contexto, a fim de delinear com maior clareza o conceito jurídico de fraude, pode-se tomar por base a definição semântica proposta por Fabrício Motta e Spiridon Anyfantis, para quem a fraude se configura como *“transgressão à ordem jurídica, mediante artifício ou ardil, com a certa finalidade de ludibriar alguém ou causar-lhe prejuízo”*. Em similar vereda, o magistério doutrinário de Rogério Sanches e Renee Souza adverte que o núcleo verbal do tipo remete às ações de “enganar” ou “trapacear”, podendo, por isso, ser qualificada a ação que a ele se amolda como um “estelionato licitatório ou contratual”. Ou, ainda, à predileção das mais clássicas lições da doutrina, convém à baila trazer a célebre conceituação enunciada por Francesco Carnelutti, segundo a qual a fraude consiste na “atividade dirigida a iludir a lei, e se decompõe, por conseguinte, em dois elementos: violação da lei e ocultação da violação.”

Posto tais fundamentos, tenho que a apresentação de atestado de capacidade técnica inidôneo foi mobilizada pela empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. como uma ardilosa técnica para burlar exigência editalícia do Pregão 008/DPE/2020 e, com isso, ludibriar a Administração Pública, visando a obter vantagem indevida em sacrifício à lisura do certame. Noutro dizer, a apresentação de documento viciado traduziu-se, nos termos da doutrina supracitada, em autêntico “estelionato licitatório”: artifício destinado à perpetração e à dissimulação de grave transgressão à integridade do certame, sob o desígnio de assegurar à denunciada a livre fruição do ilícito (habilitação técnica no pregão eletrônico).

Em tal cenário, comprovado no decurso da instrução, nenhuma incerteza remanesce quanto à tipicidade da ação praticada pela Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. no bojo do PE nº 008/DPE/2020 e a sua consequente subsunção aos atos lesivos de “fraudar ato de procedimento licitatório público” e de “apresentar documentação falsa exigida para o certame”, **afiançando-se escoreita, por conseguinte, a sua condenação nos termos da alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013 e do art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002.**

Quanto à pessoa jurídica Recreio da Juventude, imputa-se o fato de ter fornecido o atestado de capacidade técnico contendo informações inverídicas, que foi utilizado pela Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. para fraudar o processo licitatório.

O fornecimento de atestado de capacidade técnico ilegítimo à empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., sob o escopo de municiá-la com instrumento inidôneo para ilegalmente contornar a disciplina editalícia do PE nº 008/DPE/2020, conduzido pela DPESC, deve ser compreendido como uma subvenção à prática de ato lesivo previsto na Lei federal nº 12.846, de 2013.

No enquadramento da Lei Anticorrupção, compreendo que a ação de “subvencionar”, assume por carga semântica a prestação de auxílio, a concessão de ajuda, a assistência, cooperação ou colaboração com a prática de outras infrações tipificadas no diploma. É relevante notar que o legislador, no inciso II do art. 5º do referido diploma, optou por consagrar fórmula textual mais elástica e abrangente na descrição típica do ilícito, visando preservar a latitude hermenêutica necessária à efetiva punição das pessoas jurídicas que acumpliciam no cometimento de condutas atentatórias contra a Administração Pública.

Entendo, contudo, ser imperativo promover, em linha com o sustentado pelo Parecer Jurídico, requisitos e diretrizes a serem observadas na busca dessa responsabilização.

Nesse sentido, importante trecho do Parecer Assejur, que colaciona entendimentos importantes da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, com os quais corroboro:

Conforme esclarece o Manual de Responsabilização dos Entes Privados da Corregedoria-Geral da União:

Trata-se de hipótese legal em que a pessoa jurídica será responsabilizada por ter, pelas formas descritas no tipo (financiamento, custeio, patrocínio, subvenção) concorrido para a prática de ato lesivo diverso, por outra pessoa jurídica. Busca-se responsabilizar todo tipo de auxílio a práticas de corrupção. Tal dispositivo encontra amparo no artigo 27 da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, bem como no artigo 1º da Convenção da OCDE de combate à corrupção de Funcionários estrangeiros. Ambos os tratados encorajam os estados compromissários a adotarem medidas legislativas para tipificação de práticas consubstanciadas em cumplicidade, auxílio ou incitamento de condutas corruptas.

A título de ilustração, a doutrina menciona a hipótese fática em que uma instituição financeira, tendo conhecimento de pretensão fraudatária por parte de determinada pessoa jurídica em procedimento licitatório, financia essa entidade para a prática de suborno de funcionário público responsável pelo certame

A configuração desse tipo exige a comprovação dos atos de patrocínio ou subvenção por parte da pessoa jurídica. Todavia, não se faz necessária a efetiva concretização do ato corrupto financiado/custeado pela pessoa jurídica. Para sua materialização, a mera cumplicidade da pessoa jurídica instigadora mostra-se suficiente.

Ademais, o tipo normativo não exige que o ato da pessoa jurídica seja exclusivamente de natureza financeira. Percebe-se que a adoção do verbo subvencionar amplia o rol de condutas proibidas pela norma. Inserem-se aqui, por exemplo, as condutas de servir de intermediária de pagamentos ilícitos ou simplesmente para ocultar os atos de outra pessoa jurídica. É o caso das empresas tipicamente identificadas como “laranjas”. Como se verá no item seguinte, este inciso visa justamente complementar o inciso III, punindo não somente a empresa que se vale de intermediário para a prática de ato lesivo, mas também aquela que serviu de intermediário (Disponível em [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45545/21/Manual\\_responsabilizacao\\_entes\\_privados\\_1.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45545/21/Manual_responsabilizacao_entes_privados_1.pdf) p. 17, Acesso em 29/01/2024).

Para a correta análise da subsunção da conduta praticada pela Recreio da Juventude à norma, faz-se necessária a integração do tipo elencado com o disposto no art. 2º da Lei Anticorrupção:

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Acerca do dispositivo em questão, tece a CGU em seu Manual de Responsabilização de Entes Privados:

Antes de analisar cada um dos incisos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846/2013, **é preciso deixar claro que a configuração da prática de atos lesivos em face da Administração Pública demanda não apenas a subsunção de um fato ao tipo previsto no referido dispositivo, mas também a existência de benefício direto ou potencial da pessoa jurídica, além do nexo de causalidade entre a prática do ato infracional e a vantagem auferida ou pretendida. Com a referida exigência normativa da existência de um benefício, ainda que potencial, afasta-se a possibilidade de imputação automática de responsabilidade ao ente privado. Como decorrência, deve-se comprovar que o ato lesivo teve como fim beneficiar a pessoa jurídica, ainda que a vantagem não tenha se materializado.**

A título de exemplo, imagine-se que uma pessoa jurídica pagou uma viagem para um hotel de luxo a um agente público ou a alguém por ele indicado, conduta essa que se amolda na ilicitude capitulada no inciso I do art. 5º da Lei Anticorrupção.

Para que se possa responsabilizar a pessoa jurídica no âmbito da LAC, o primeiro elemento a ser demonstrado no âmbito do PAR é o efetivo pagamento, pela empresa, das despesas da viagem e da estadia para esse agente público ou pessoa por ele indicada, que seria a ocorrência fática do ato lesivo em questão.

No entanto, tal comprovação não é suficiente para a responsabilização da pessoa jurídica, sendo necessário demonstrar o segundo elemento: comprovar que o custeio dessa viagem ao agente público está relacionado a algum interesse ou benefício à pessoa jurídica corruptora, ainda que não exclusivamente a ela.

Assim, adicionalmente, é necessário delinear a correlação entre o ato lesivo praticado e algum benefício/interesse da pessoa jurídica envolvida.

Importante destacar que, pela própria natureza dos atos de corrupção, muitas vezes o benefício/interesse da pessoa jurídica decorre justamente da posição e função que o agente público envolvido no ato lesivo exerce na Administração que por si só já atraem competências que podem gerar consequências positivas ou negativas para a pessoa jurídica.

Portanto, o benefício almejado ou interesse que a pessoa jurídica possui na relação escusa pode ser potencial e não necessariamente ter se concretizado na situação sob apuração. (Disponível em

[https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45545/21/Manual\\_responsabilizacao\\_entres\\_privados\\_1.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45545/21/Manual_responsabilizacao_entres_privados_1.pdf) fl. 57. Acesso em 29/01/2024).

As lições da Controladoria-Geral da União fazem chegar à conclusão de que a tipificação do art. 5º, II, visa sancionar o cúmplice/partícipe que, apesar de não praticar diretamente a conduta, contribua com ela de alguma forma. Contudo, o enquadramento em questão exige o liame subjetivo, devendo o partícipe ao menos ter ciência de que colabora para resultado ilícito.

O Tribunal de Contas da União, ademais, exige a comprovação da existência do conluio entre a empresa que apresenta o atestado falso e a que o emite para que haja a responsabilização dessa segunda:

**Acórdão 917/2022-TCU-Plenário** – Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Documento falso. Atestado de capacidade técnica. Conluio. A apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o

apresentou, para participar de licitação da Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

**Acórdão 2677/2014-TCU-Plenário** - A apresentação de atestados com conteúdo falso, com eventual conluio entre as empresas envolvidas, tanto a que emitiu quanto a que apresentou, gera vantagem indevida em certame licitatório (uma vez que pretende comprovar qualificação técnica que, em princípio, a empresa pode não deter) e fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas, independentemente de ter resultado em prejuízo financeiro para a Administração e/ou de quaisquer suposições acerca do nível de satisfação na execução dos serviços subsequentemente contratados.

Nesse contexto, verifica-se é imprescindível a comprovação acerca da existência de conluio entre a pessoa jurídica Recreio da Juventude e a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., para a responsabilização da Recreio da Juventude, nos termos do inciso II do art. 5º da Lei federal nº 12.842, de 2013.

Outro fator fundamental para caracterizar a elementar típica exigida pelo art. 2º da Lei federal nº 12.846, de 2013, consiste na verificação de que o ato tenha sido praticado em seu interesse ou benefício. Nesse ponto, entendo que há insuficiência probatória, vez que ausente a pretensão de vantagem por parte da associação Recreio da Juventude.

Logo, em sentido diverso ao sustentado pela conclusão da comissão processante, julgo que não deve prosperar a imputação quanto à Recreio da Juventude. Dessa forma, acolhendo o raciocínio proposto pela Assessoria Jurídica e Legislativa e nos termos da fundamentação acima, **absolvo a empresa Recreio da Juventude**.

No que se refere as empresas agirem de modo inidôneo em pregão eletrônico, cumpre destacar a previsão contida no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002, atual inciso IV do *caput* e § 5º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Ademais, o Edital de Pregão Eletrônico nº 008/DPE/2020, também, estabeleceu sanção, no item 17.1.3 (p. 518 dos autos SGP-e DPE 818/2020), *in verbis*:

**Edital PE 008/DPE/2020**

17.1.3. Suspensão/Impedimento temporário:

Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nesse ponto, entendo que “não há dúvidas de que a aplicação da sanção de idoneidade de que trata o art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002 independe da comprovação de dolo ou má-fé por parte do licitante. Basta que se incorra, sem justificativa, numa das condutas ali consignadas para que seja aplicada a pena”. (TCU - Acórdão 754/2015, Plenário, rel. Min. Ana Arraes).

Constata-se, portanto, que o conjunto indiciário nos autos suficiente se mostrou para amparar a condenação da empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. pela prática de atos lesivos à Administração Estadual.

Concluo, que é caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de modo que a empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. seja impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**Constatadas a materialidade, a autoria e a adequação típica, passo então, à dosimetria das sanções administrativas aplicáveis ao caso.**

Cada pessoa jurídica deve responder pelos atos lesivos praticados na estrita medida de sua culpabilidade, mandamento que se constitui como autêntico baluarte do devido processo administrativo.

Quanto à empresa Quântica Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda, ficou demonstrado que esta infringiu o disposto na alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013, ensejando à aplicação das seguintes sanções, previstas no art. 6º da referida Lei:

Art. 6º (...)



I - **multa**, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - **publicação extraordinária da decisão condenatória**. (grifou-se)

Quanto à aplicação das referidas sanções administrativas à empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda., adoto a fundamentação extraída do Parecer Jurídico como razão de decidir, sugeridas, também, no Relatório Final da comissão processante:

Quanto à **multa**, infere-se que o balanço da empresa indica que no exercício de 2021, de acordo com informações da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina constante na Informação DIAT nº 40/2023, teve uma receita bruta no valor de R\$ 176.247,69 (cento e setenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos), do qual se deve excluir os tributos.

Como causa agravante foi identificada a seguinte: tolerância ou ciência de pessoa do corpo diretivo ou gerencial da pessoa jurídica – fixando-se a multa em 2,5% (art. 27, V, c/c art. 28-A, II).

Cotejando a conclusão da Comissão com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.846/2013 (art. 6º e art. 7º) e pelo Decreto Estadual nº 1.106/2017 (Capítulo II, Seção I), verifica-se que há adequação aos preceitos normativos que tratam da matéria.

A **publicação extraordinária da decisão condenatória**, por sua vez, deve ocorrer nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 1.106/2017:

Art. 34. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão no PAR, o extrato da decisão condenatória será publicado, às expensas da pessoa jurídica infratora, cumulativamente:

I – no DOE;

II – em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

III – em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

IV – na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo único. O extrato da decisão condenatória também poderá ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno.

No que tange à **declaração de idoneidade** (anterior art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e atual art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021) é de se atentar à limitação a 05 (cinco) anos, tendo em conta que a majoração da pena máxima para 06 (seis) anos por de alteração legislativa se deu após a consumação do fato, não podendo retroagir em prejuízo da processada.

Desse modo, fixo a multa no valor de R\$ 4.406,19 (quatro mil, quatrocentos e seis reais e dezenove centavos), nos termos do inciso I do art. 6º da Lei federal nº 12.846, de 2013, tendo em vista o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, auferido pela empresa Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda.

No que tange à declaração de idoneidade, sanção cominada pelo art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002, sob o escopo de preservar a coerência e a racionalidade dos processos sancionatórios, reputo apropriado 5 **(cinco) anos, prazo que deve ser fixado em detrimento da empresa Guema a título de impedimento de licitar e contratar com o Poder Público.**

Por fim, perfilhando raciocínio sustentado pela Comissão (p.), **julgo ser cabível e adequada a aplicação da sanção de publicação extraordinária desta decisão condenatória em face da pessoa jurídica Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda.**, cominada pelo inciso II do art. 6º da Lei federal nº 12.846/2013, nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 1.106, de 2017, tendo em vista a necessidade de se conferir maior publicidade à penalização da empresa.

Desse modo, ao se assegurar o público e notório conhecimento dos atos lesivos praticados pela denunciada, faz-se possível melhor garantir os efeitos dissuasório e pedagógico que o ordenamento jurídico pátrio atribuiu às severas sanções cominadas pela Lei Anticorrupção,

potencializando, assim, o incentivo para a incorporação de boas práticas no domínio da iniciativa privada e, por conseguinte, para a observância dos ditames consagrados na legislação em vigor.

Ante o exposto, decido:

**1) ACOLHO PARCIALMENTE** o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, designada pela Portaria nº 60/2022 - DOESC 21.802, de 30/06/2022;

**2) ACOLHO** integralmente o Parecer DPE-ASSEJUR nº 18/2024 (p. 436-454), cuja fundamentação adoto como razão de decidir;

**3) CONDENO** a pessoa jurídica **Quântica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda.** como incurso na alínea “b” do inciso IV do art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 2002, atual inciso VIII do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e **aplico, por conseguinte**, as sanções cominadas nos incisos I e II do art. 6º da Lei federal nº 12.846, de 2013, bem como no art. 7º da Lei 10.520, de 2013, atual inciso IV do *caput* e § 5º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e no item 17.1.3 do Edital de PE nº 008/DPE/2020). À vista das circunstâncias analisadas na dosimetria, fixo as penalidades da seguinte forma:

a) pagamento de **multa administrativa** no valor de R\$ 4.406,19 (quatro mil, quatrocentos e seis reais e dezenove centavos);

b) **publicação extraordinária** da ementa desta decisão condenatória às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado, nos seguintes meios:

b.1) Diário Oficial da Defensoria Pública de Santa Catarina;

b.2) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

b.3) Edital afixado no próprio estabelecimento, que permita a fácil visibilidade pelo público, por 30 (trinta) dias; e

c) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Estadual (Direta e Indireta) pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

**4) ABSOLVO** a pessoa jurídica Recreio da Juventude.

Após o trânsito em julgado administrativo desta decisão, determino que sejam adotadas as seguintes providências:

1. Lance-se os nomes das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, na forma do artigo 22 da Lei nº 12.846, de 2013;

2. Intime-se a empresas para pagamento das multas administrativas no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena, em caso de inadimplemento, de inscrição dos respectivos valores em dívida ativa do Estado.

À DIAD para comunicação do interessado e demais providências.

Cumpra-se.

Florianópolis, 18 de julho de 2024.

**RENAN SOARES DE SOUZA**  
Defensor Público-Geral

---

## PUBLICAÇÕES ÓRGÃOS AUXILIARES

---

### ATOS GERÊNCIA DE CONTRATOS

---

**EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 3/2024**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DPE Nº 38/2024**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024**  
**PROCESSO DPE 439/2024 (PRINCIPAL)**  
**PROCESSO DPE 787/2024 (EXECUÇÃO)**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DPESC)** torna público que, nos autos do processo acima mencionado, foi emitida a Autorização de Fornecimento nº 3/2024 referente à Ata de Registro de Preços nº 38/2023. **OBJETO:** aquisição de material de comunicação visual para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPESC). **EMPRESA:** Alpha Print Comunicação Visual e Editora Ltda., **CNPJ:** 08.432.848/0001-00. **REPRESENTANTE LEGAL:** Elieser de Aguiar. **VALOR:** R\$ 6.590,00 (seis mil quinhentos e noventa reais). Autorização de fornecimento disponível em [www.defensoria.sc.def.br](http://www.defensoria.sc.def.br).

**Dayana Luz**  
Subdefensora Pública-Geral

---

**EXTRATO DO CONTRATO DPE Nº 48/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL**  
**PROCESSO DPE 936/2024**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DPESC)** torna público que, nos autos do processo acima mencionado, foi assinado o Contrato DPE nº 48/2024. **OBJETO:** (i) prestação de serviço corretivo, com fornecimento de peças, para reparos nos três elevadores da Sede da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPESC) e (ii) prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de elevadores e plataforma de acessibilidade, incluindo o fornecimento de peças, na Sede em Florianópolis e no Núcleo Regional de Itajaí, até a conclusão do procedimento licitatório previsto no processo DPE 837/2024. **EMPRESA:** Consesc & Nacional elevadores Ltda. **CNPJ:** 04.191.047/0001-30. **REPRESENTANTE LEGAL:** Valerio Jorge Gilli. **VALOR:** R\$ 160.271,88 (cento e sessenta mil duzentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos). Contrato disponível em [www.defensoria.sc.def.br](http://www.defensoria.sc.def.br).

**Dayana Luz**  
Subdefensora Pública-Geral

---

## ATOS GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

---

### EXTRATO DA DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DPE 891/2024.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA torna público: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Gestor do Contrato, Helliton José de Souza, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo DPE 891/2024 (EDPE851248) e em consonância com o art. 87 da Lei n. 8.666/1993, RESOLVE aplicar à empresa SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.845.322/0001-04, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** pelo descumprimento do Contrato DPE n. 008/2022.

Florianópolis, 23 de agosto de 2024.

**Helliton José de Souza**

Gerente de Tecnologia da Informação e.e.

---